

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011



Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão



**PLANO PLURIANUAL
2008-2011**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

EXERCÍCIO 2011

ANO BASE 2010

**Brasília
2010**

ÍNDICE

Apresentação	4
Sumário Executivo	5
Avaliação dos Programas	9
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	10
Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública	17
Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	22
Inclusão Digital	28
Informações Estatísticas e Geocientíficas	34

APRESENTAÇÃO

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental. Nesse sentido, os resultados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA 2008-2011 devem ser debatidos, de modo a permitir o avanço da democracia na interação entre o Estado e a Sociedade.

A fim de cumprir o disposto no art. 19º da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008 e o Decreto nº 6601 de 10 de outubro de 2008 que trata do modelo de gestão do Plano Plurianual 2008-2011, coube aos órgãos do Governo Federal elaborarem a avaliação dos Objetivos Setoriais e dos Programas sob sua responsabilidade. O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com gerentes dos programas e equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, que são integrantes das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) e das Secretarias Executivas.

As avaliações versam sobre os resultados provenientes da implementação do programas de cada órgão e incluem demonstrativos físicos e financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. Esse relatório confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2010, do total previsto para o(a) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), foram utilizados **R\$ 4.656.887.536,54** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 5.947.054.781,00	Empenho Liquidado:	R\$ 4.656.887.536,54
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 4.656.887.536,54
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

Além disso, do total de **R\$ 515.627.448,13** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2009, foram executados **R\$ 323.919.932,77**, ou seja, **62,82 %**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do(a) **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)**, no período do PPA 2008-2011, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2010		
		Previsto	Realizado *	%
Finalístico	0781 Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	1.753.180.904,00	1.254.589.581,00	71,56
	0794 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	56.490.371,00	29.228.025,57	51,74
	1008 Inclusão Digital	739.250.188,00	55.780.374,27	7,55
	0796 Informações Estatísticas e Geocientíficas	2.400.463.928,00	2.118.072.090,46	88,24
Total Finalístico		4.949.385.391,00	3.457.670.071,30	69,86
Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	0798 Compras Governamentais	57.227.508,00	35.663.450,31	62,32
	0801 Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública	39.076.380,00	33.640.800,73	86,09
	1088 Fortalecimento da Capacidade de Gestão	55.919.000,00	14.475.053,97	25,89

	Pública			
	1003 Gestão da Política na Área de Planejamento	35.900.000,00	24.575.021,29	68,45
	1054 Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público	101.435.895,00	56.129.904,71	55,34
	0802 Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União	37.243.000,00	13.645.301,22	36,64
	8002 Governo Eletrônico	13.440.445,00	6.283.611,73	46,75
Total Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais		340.242.228,00	184.413.143,96	54,20
Total Geral		5.289.627.619,00	3.642.083.215,26	68,85

* Valores Executados (liquidado) em 2010. No caso de programas multissetoriais são contemplados recursos provenientes de ações executadas por outros órgãos. Ressalta-se que no "valor total do órgão" são consideradas inclusive as ações implementadas em programas de outros órgãos.

Principais Resultados

A seguir são apresentados os resultados alcançados com a execução dos programas por objetivos setoriais do MP: 1) Conduzir um processo de planejamento participativo, integrado ao orçamento e à gestão. 1.1) Elaborados o documento Orçamento ao Alcance de Todos com distribuição de 1.200 exemplares, em linguagem acessível, de forma que o cidadão saiba onde o Governo Federal aplica os recursos recolhidos na forma de impostos, taxas e contribuições, e o Relatório de Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA, ano base 2009 que analisa a situação do PAC, do Plano de Desenvolvimento da Educação e da Agenda Social. 1.2) Desenvolvido estudo sobre entraves à execução de obras públicas, em especial as do PAC, com ênfase nos setores de saneamento, habitação e rodovias, que suscitou reelaboração da disciplina para a contratação de obras públicas. 1.3) Alteração do PPA para viabilizar a segunda fase do PAC, incorporando ao Plano iniciativas voltadas à melhoria dos serviços ofertados pelo setor público que afetam as condições de vida da população.

2 - Democratizar as relações de trabalho no âmbito do Governo Federal e desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a capacidade do governo na gestão de políticas públicas. 2.1) Instituída nova sistemática de Avaliação de Desempenho no Serviço Público Federal, com instrumentos de diálogo na relação de trabalho entre servidores e Administração. 2.2) Inauguradas 27 Unidades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor e implantado o sistema informatizado SIAPE SAÚDE em 64 órgãos, com realização de 24.800 perícias em saúde e universalizado o benefício da assistência médica odontológica aos servidores federais. 2.3) Realizadas 49 auditorias, com ressarcimento de R\$ 682,7 milhões aos cofres públicos e desenvolvido Sistema de Inteligência e Gestão de Auditoria, para fazer auditoria sistêmica em 86% da folha de pagamento. 2.4) Formados 103 Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, 198 Analistas de Infraestrutura, 489 Analistas de Tecnologia da Informação e capacitados 863 servidores nas áreas de gestão, planejamento, orçamento e finanças, 19.760 em cursos a distância e 2.367 ocupantes de cargo de direção e assessoramento superiores.

3 - Promover a gestão pública eficiente e efetiva, com vistas a tornar a administração pública ética, transparente, participativa e descentralizada. 3.1) Elaborado estudo de formulação de diretrizes e geração de conhecimento em gestão pública, resultando em análises das estruturas organizacionais da Administração Pública Federal, proposição de instrumentos de aperfeiçoamento do marco legal e normativo, formulação de propostas de políticas diretrizes para a reorganização dos formatos jurídico institucionais e implementação de

processo de contratualização de desempenho institucional. 3.2) Autorizadas 17.683 vagas para concursos públicos, para recomposição da força de trabalho, e 1.304 vagas para substituir mão-de-obra terceirizada, em desacordo com o Decreto nº 2.271/97. 3.3) Fortalecimento do Sistema de Organização e Inovação do Governo Federal-SIORC disponibilizando novas funções. 3.4) Implantação do Portal do Projeto Brasil Município (www.projetobrasilmunicipios.gov.br), como espaço de compartilhamento de experiência entre os municípios participantes. 3.5) Realização de fóruns de discussão da gestão pública que resultou em proposta para revisão do conteúdo do Modelo de Excelência em Gestão Pública e da organização da Rede Nacional da Gestão Pública, e da premiação do ciclo 2010 do Prêmio Nacional da Gestão Pública.

4 - Promover a gestão dos recursos de informação e informática, democratizando o acesso às informações e tecnologias. 4.1) Lançada a versão 2011 do documento de referência de arquitetura e-PING, definindo um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam o uso da tecnologia de informação e comunicação no Governo Federal. 4.2) Revisado e colocado em consulta pública o Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico-e-MAG, para orientar profissionais a desenvolver, alterar e/ou adequar páginas, sites e portais, tornando-os acessíveis ao maior número de pessoas. 4.3) Disponibilizadas sociedades cartilhas dos Padrões Brasil e-Gov, visando qualificar as estruturas e o conteúdo dos portais, sites e serviços da Administração. 4.4) O redesenho do Portal de Software Livre (www.softwarelivre.gov.br) possibilitou a adoção de tecnologias web mais modernas, tornando-o referência para o controle e difusão do software livre, ampliou o número de soluções para 42 e mais de 90.000 cadastros válidos. 4.5) A expansão da Rede de Comunicação do Governo Federal-INFOVIA ganhou novos desafios com a implementação do Plano Nacional de Banda Larga e reformulação da estatal TELEBRAS. Existem 125 pontos de conexão à internet em 90 edifícios de Brasília e a telefonia interliga 25 entidades, com 31 pontos instalados, agregando economia da ordem de R\$ 16 milhões anuais, e segurança para as informações que trafegam nas redes em circuito fechado. 4.6) Realização da 1ª Oficina para Inclusão Digital e estruturação da Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital que possibilitou atividades de educação à distância e presencial para 12 mil jovens bolsistas. Formação no processo de recuperação de equipamentos usados, de 430 jovens de baixa renda, recondicionando 1.147 computadores, sendo que, destes, 115 já foram doados.

5 - Otimizar os processos administrativos e de contratação de bens, obras e serviços, com impactos positivos sobre a redução de custos e a transparência com vistas ao controle social. 5.1) Intensificado o uso do Pregão Eletrônico nas aquisições de bens e serviços comuns realizadas pelo Governo Federal, com 60,5% do total das aquisições nesta modalidade, com vistas à transparência, controle social e redução de custos, proporcionando uma economia de R\$ 4,2 bilhões. 5.2) O valor global das transferências voluntárias assinadas pelo Governo Federal no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse-SICONV foi de cerca de R\$ 7,4 bilhões, distribuídos pelas modalidades de Convênio (53,56%), Contrato de Repasse (43,60%) e Termo de Parceria (2,84%). 5.3) Continuidade da implementação de ações de melhoria do SIASG/COMPASNET, do SICONV e do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens-SCDP. 5.4) Editadas Instruções Normativas MP nº 01/2010, e MP nº 02/2010, que estabelecem, respectivamente, critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços e obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; e normas para funcionamento do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores-SICAF.

6 - Garantir que o patrimônio da união cumpra sua função sócio territorial, com princípios de gestão territorial integrada e compartilhada, de respeito à diversidade, de racionalização e eficiência do uso. 6.1) Destinados 62 imóveis para regularização fundiária, transferidos 11 imóveis ao INCRA, beneficiando cerca de 33.400 famílias, e executadas ações de titulação de cerca de 7.600 famílias e de cadastramento de 2.427 títulos de regularização fundiária concedidos. 6.2) Adquiridos 27 imóveis do fundo previdenciário do INSS, que serão destinados à CAIXA, para projetos de habitação de interesse social, e destinados 2 milhões

de m² de áreas urbanas na Amazônia, para viabilização de empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida, Crédito Solidário do Fundo de Desenvolvimento Social, Produção Social da Moradia do Fundo Nacional de Habitação e para projetos do PAC de urbanização de favelas. 6.3) Da extinta RFFSA foram cedidos provisoriamente 39 imóveis e duas áreas foram destinadas à revitalização de portos no Rio de Janeiro. 6.4) Regularizadas áreas de reservas extrativistas federais, beneficiando mais de 36 mil famílias que fazem o manejo sustentável de cerca de 430 mil hectares de áreas da União, e entregues 18 áreas destinadas às Unidades de Conservação, nos Estados da BA, SC, RJ, SP, PE e CE. 6.5) O volume de recursos resultante da cobrança de receitas patrimoniais é de R\$ 635,94 milhões, 28% maior em relação ao ano de 2009.

7 - Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade demográfica e social no âmbito nacional, regional, estadual, municipal e de localidades e a exercício da cidadania. 7.1) Realizado o XII Censo Demográfico do Brasil, cujos resultados permitirão aplicações nas políticas públicas e na formulação de estratégias empresariais. 7.2) Divulgados os resultados das pesquisas: Pesquisa Mensal de Comércio, Pesquisa de Inovação Tecnológica/2008, Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física, Pesquisa de Emprego e Salário, Pesquisa de Assistência Médico Sanitária/2009, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico/2008, e Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar/2009. 7.3) Divulgadas as Contas Nacionais do Brasil e as Contas Regionais do Brasil, contemplando informações sobre o PIB do Brasil, dos Estados e Municípios. 7.4) Publicada a Pesquisa de Orçamentos Familiares - Despesas, Rendimentos e Condições de Vida: Brasil e Grandes Regiões 2008-2009 e divulgados 3 volumes dessa Pesquisa: Antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil; Avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil; e Aquisição alimentar domiciliar per capita – Brasil e Grandes Regiões. 7.5) Lançamento do volume Brasil 2009, que apresenta informações sobre a população brasileira, da nova edição da publicação Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2010, com informações em suas dimensões ambiental, social, econômica e institucional, e da 2ª edição do Manual Técnico de Geomorfologia, usado como referência para mapear o relevo brasileiro. 7.6) Inaugurado o Portal SIGBrasil, um dos resultados da implantação da INDE e disponibilizados serviços online gratuitos de Posicionamento por Ponto Preciso, e, para download gratuito, ProGrid, com expectativa de lançamento, em 2011, de sua versão web.



AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Relatório Anual de Avaliação

Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais

GERENTE DO PROGRAMA

SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA

OBJETIVO

Melhorar a capacidade de atendimento aos clientes e facilitar à população o acesso ao crédito e aos serviços bancários

PÚBLICO-ALVO

Clientela, os clientes em potencial, o setor produtivo, e ainda os beneficiários dos serviços de responsabilidade da União, viabilizados por intermédio da rede bancária das instituições financeiras federais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$1.753.180.904,0	Empenhado Liquidado: - Paço Estatais: R\$1.254.589.581,00 Total: R\$1.254.589.581,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - 3252 (Ponto de Atendimento Instalado/UNIDADE)	1.019,00	757,00	74,29	387.261.517,00	142.148.186,00	36,71
Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento - 4106 (-/-)	0,00	0,00	-	1.365.919.387,00	1.112.441.395,00	81,44
Índice médio geral de realização			74,29			59,07

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Esse programa não possui ações RAP						

CONTEXTUALIZAÇÃO

O crescente aumento das exigências dos clientes e do mercado torna imprescindível a ampliação e modernização das instituições financeiras oficiais a fim de lhes permitir competir em igualdade de condições com as empresas privadas e atender as demandas dos clientes.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

1 - Ação 3252 - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário:

O Banco do Brasil S.A. priorizou estruturas de menor porte, de instalação mais ágil, tais como postos de atendimento bancário e postos de atendimento eletrônico, para viabilizar o atendimento, dar apoio ao crescimento da base de clientes e garantir a fidelização e a rentabilização dos clientes; o BB adquiriu 1.518 terminais de auto-atendimento para expansão da rede de atendimento varejo no país, viabilizando a instalação de salas de auto-atendimento e de pontos de atendimento eletrônico, para garantir maior oferta automatizada de produtos e serviços nos terminais de autoatendimento, atender à expansão da base de beneficiários de serviços públicos e aumentar a disponibilidade de horário de atendimento. Além disso, foram comprados 1.171 equipamentos de processamento de dados, dentre servidores, microcomputadores e impressoras, para o funcionamento das novas agências. Os novos pontos de atendimento permitiram a disponibilização de pontos próximos a clientes de localidades menos assistidas, a disseminação do crédito em regiões carentes de serviços bancários e proporcionaram maior conforto, comodidade e conveniência no atendimento aos clientes e à população.

A Caixa Econômica informou que, com vistas ao atendimento do objetivo do Programa de melhorar a qualidade e a capacidade de atendimento dos clientes, facilitar o acesso ao crédito e aos serviços bancários pela população, foram abertas 122, em 2010, novas Agências e 73 Postos de Atendimento Bancário.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., em 2010, instalou duas agências, uma no Estado do Piauí e outra no Estado do Rio Grande do Norte.

O Banco da Amazônia S.A., efetuou a instalação de cinco novos pontos de atendimento e que o montante alocado para este projeto totalizou R\$ 740,0 mil, equivalentes a 5,43% do orçamento aprovado para a ação, sendo realizados investimentos no total de R\$ 648,6 mil.

2 - Ação 4106 - Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento:

O Banco do Brasil S.A. concluiu 121 obras de grande porte de reforma, ampliação e realocação de dependências, para garantir o funcionamento e a operacionalidade da rede de atendimento varejo no país e a melhoria na satisfação dos clientes, bem como proporcionar qualidade no atendimento e na ambiência das dependências. Além disso, realizou reformas de pequeno vulto, para ajuste nos leiautes de pontos de atendimento existentes, melhoria da sinalização externa e interna do banco, aquisição de mobiliário para utilização pelos clientes nas agências, em respeito à Lei de Fila, bem como para garantir segurança nos ambientes de autoatendimento. Para modernização do parque tecnológico da rede de atendimento, foram adquiridos 14.000 terminais de autoatendimento, 18.779 microcomputadores, 241 notebooks, 1.880 servidores e 3.885 impressoras e 1.700 switches. Foram adquiridos também 1.600 equipamentos para gestão do atendimento ao cliente, dentre terminais dispensadores de senhas e terminais de chamada de clientes, com o objetivo de melhorar o atendimento e dar maior conforto ao público, bem como para atender às legislações Municipais/Estaduais. Finalmente, foram adquiridos 1.500 novas Posições de Atendimento para as Centrais de Atendimento. Esses eventos proporcionaram melhoria na qualidade do atendimento e na ambiência para clientes, colaboradores e satisfação ao consumidor bancário, favorecendo a aproximação do Banco do Brasil com as áreas de produção e comércio.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. contemplou intervenções realizadas nas suas unidades, dentro do escopo do Projeto de Modernização de Agências, incluindo o suprimento de móveis e equipamentos. No ano de 2010, 12 unidades, das 23 inicialmente previstas, foram contempladas com ações de modernização. As outras 11 estão com obras em andamento (7), em fase de licitação (2) ou com projetos em desenvolvimento (2), o que implicou um percentual de realização aquém do previsto, de 52,2%.

O Banco da Amazônia S.A. destacou os seguintes projetos: a) modernização da infra-estrutura física e do sistema de climatização - o montante alocado no projeto totalizou R\$ 5,48 milhões, 40,21% do orçamento aprovado para ação. O total de investimentos realizados no âmbito deste projeto foi de R\$ 1,67 milhão, beneficiando 19 pontos de atendimento; b) modernização dos serviços de auto-atendimento - o projeto consiste na aquisição de Terminais de Caixa, objetivando a expansão dos serviços de auto-atendimento, bem como a substituição de equipamentos obsoletos. O montante previsto para o projeto foi de R\$ 5,5 milhões, 40,36% do orçamento aprovado para ação, sendo realizados investimentos de R\$ 1,4 milhão, equivalentes 25,45% do previsto para o projeto; c) substituição de equipamentos e bens obsoletos - o objetivo do projeto é substituir os equipamentos e bens obsoletos ou depreciados, constituindo-se em fundo de reserva para atender tal necessidade quando vier a ocorrer. O montante de recursos alocado totalizou R\$ 1,76 milhão, 12,92% do orçamento aprovado, sendo investidos R\$ 152,6 mil, 8,64% do orçamento do projeto. A principal dificuldade enfrentada durante a execução foi a não conclusão de todas as licitações para compra de mobiliários que fracassou por duas vezes devido aos questionamentos dos fornecedores em relação às especificações requeridas no edital e pelos preços excessivos praticados pelos licitantes; e d) modernização da infraestrutura tecnológica - o projeto tem como objetivo a substituição dos equipamentos de processamento de dados por equipamentos mais modernos e de maior capacidade de processamento. O montante alocado para este projeto totalizou R\$ 740,0 mil, 5,43% do orçamento aprovado para ação, sendo realizados investimentos de R\$ 648,6 mil, alcançando os objetivos almejados.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 80% a 100% do esperado.

JUSTIFICATIVA: O percentual de 93,18% alcançado pelo indicador reflete o elevado grau de automatização alcançado pelas instituições financeiras federais. A Caixa teve alcance parcial da meta, em função da sistemática de contratação de serviços e produtos, que prevê a realização de desembolsos após a entrega do bem contratado.

Considerando que a maior parte das unidades foram inauguradas em dez/2010, parcela significativa dos pagamentos correspondentes aconteceu nos primeiros meses do ano seguinte. Importa registrar ainda que se verifica em locais onde a CAIXA necessita alocar unidades, a indisponibilidade ou dificuldade de se localizar imóveis adequados às necessidades de atendimento e realização de negócios. Em 2010, o Banco do Nordeste tinha previsão de instalar três agências nos estados do Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo (uma agência em cada estado), porém não foi concluída a instalação, devido a ocorrência de atrasos no cronograma de execução das obras. O Banco da Amazônia estimou, para 2010, a reforma em 38 pontos de atendimento, visando dotá-los de instalações físicas adequadas e climatizadas para atender ao aumento das operações e dos serviços bancários.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Variação das Transações das Instituições Financeiras Oficiais - %	0,00		93,18	12/2010	92,43	Média

Fonte: Bancos Federais

Medidas corretivas necessárias: Modificar, conforme já proposto na avaliação do programa em 2009 (relativa ao exercício de 2008), o nome do indicador do programa para "Índice de Representatividade das Transações em Canais não Convencionais", com a fixação da meta de 92,43%, para 2011, sob o entendimento de que o aumento das transações em canais não convencionais evidencia a modernização na capacidade de atendimento aos clientes e ampliação de acesso aos serviços bancários. Além do mais, o indicador reflete de forma adequada o grau de automação das instituições financeiras oficiais e capta a importância da expansão da rede para o aumento da base de clientes. Assim, o índice de 92,43% representa meta desafiadora para o Banco da Amazônia, cujo indicador apresentou pequena melhora em relação a 2009, alcançando 49,41%, justificada pelo fato de que os clientes ainda utilizam o caixa para realizar operações de pagamento. Como medida corretiva, o BASA pretende realizar investimentos no montante de R\$ 2,8 milhões.

Justificativa: Modificar, conforme já proposto na avaliação do programa em 2009 (relativa ao exercício de 2008), o nome do indicador do programa para "Índice de Representatividade das Transações em Canais não Convencionais", com a fixação da meta de 92,43%, para 2011, sob o entendimento de que o aumento das transações em canais não convencionais evidencia a modernização na capacidade de atendimento aos clientes e ampliação de acesso aos serviços bancários. Além do mais, o indicador reflete de forma adequada o grau de automação das instituições financeiras oficiais e capta a importância da expansão da rede para o aumento da base de clientes. Assim, o índice de 92,43% representa meta desafiadora para o Banco da Amazônia, cujo indicador apresentou pequena melhora em relação a 2009, alcançando 49,41%, justificada pelo fato de que os clientes ainda utilizam o caixa para realizar operações de pagamento. Como medida corretiva, o BASA pretende realizar investimentos no montante de R\$ 2,8 milhões.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance entre 80% a 100% do previsto.

JUSTIFICATIVA: A implementação das ações do programa sob referência apresentou, durante o exercício de 2010, efetivo esforço para ampliar o atendimento do público-alvo, seja no aumento dos pontos de atendimento, seja na modernização da estrutura de atendimento da clientela das instituições financeiras oficiais, propiciando maior qualidade dos serviços prestados e da capacidade de atendimento à base de clientes e de beneficiários dos serviços oferecidos. Para o Banco do Brasil, o programa cumpre o objetivo de atender ao público-alvo, através da instalação e da modernização de pontos de atendimento, que contribuíram para a expansão de 1,3% na rede de atendimento e para o crescimento da base de clientes em 6,0% (posição dez/2010 em relação a dez/2009). Para a Caixa Econômica Federal, o atendimento a todo o público alvo na abertura de novas unidades, bem como a melhoria do atendimento com a modernização da rede de pontos de atendimento instalados. O Banco do Nordeste do Brasil apresentou um percentual de cobertura espacial do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), em termos de quantidade de municípios com operações contratadas no ano de 2010, de 100% dos 1.989 municípios de sua área de atuação, tendo atingido o volume contratado com recursos do FNE de R\$ 10,8 bilhões, com a contratação de 399,2 mil operações de crédito. O volume global de contratações do BNB chegou a R\$ 21,4 bilhões em 2010, com mais de 2,5 milhões de operações contratadas, se consideradas todas as fontes de recursos. O Banco da Amazônia atendeu todo o seu público alvo e beneficiou a economia regional com a aplicação de R\$ 5,3 bilhões com recursos de fomento, que colaboraram para a geração de renda e emprego da região. As liberações com recursos do FNO apresentaram crescimento de 26,15% em relação a 2009. Destaca-se que em 2010 o BASA aplicou o montante de R\$ 574,5 milhões na agricultura familiar, beneficiando 34.142 pequenos produtores rurais.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Satisfeito

JUSTIFICATIVA: O Banco do Nordeste do Brasil S.A ressalta que realizou ao longo do ano de 2010 pesquisas sobre satisfação de clientes, destacando-se aquelas realizadas com os usuários dos Centros Culturais do BNB e com os clientes de todos os segmentos



com os quais o banco trabalha (MPE, Pronaf e outros). A Caixa Econômica Federal esclareceu que realizará nova Pesquisa de Satisfação com seus clientes, em 2011. O Banco do Brasil realiza anualmente uma Pesquisa de Satisfação de Clientes. A última pesquisa com os clientes do varejo (2009) apresentou um índice de satisfação de 73,54% e a meta do Banco, para 2011 é aumentar esse índice para 74,5% (pesquisa de 2010 em fase final de conclusão).

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA:
Pesquisa de opinião, para aferir a satisfação do cliente.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Não

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

OUVIDORIA:

O Banco do Nordeste do Brasil dispõe de um órgão de Ouvidoria e de uma Central de Atendimento a Clientes (Cliente Consulta) para auscultar críticas, sugestões de melhoria e eventuais elogios da clientela, assim como para esclarecer questionamentos e dúvidas dos agentes produtivos sobre a política de concessão de crédito do banco; a Caixa Econômica Federal adotou os seguintes mecanismos: a) abertura de novas unidades, ampliando a rede de atendimento; b) modernização da rede de atendimento; e c) ouvidoria para portadores de necessidades especiais. O Banco do Brasil através da ouvidoria (BB Responde), bem como de projetos de adequação da rede de atendimento e modernização de terminais de autoatendimento, para atender a portadores de necessidades especiais. Além disso, o programa de modernização prevê ações para redução do tempo de espera dos clientes nas agências, atendendo a reclamações junto ao BACEN que estabelece o Código de Defesa do Consumidor. Finalmente, destaca a presença de Centrais de Atendimento BB e que o Programa prevê modernização e expansão dessas Centrais.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública

GERENTE DO PROGRAMA

Paulo Sergio de Carvalho

OBJETIVO

Aumentar a capacidade governamental na gestão das políticas públicas por meio do desenvolvimento das competências de seus servidores a fim de contribuir para o fortalecimento das competências institucionais

PÚBLICO-ALVO

Servidores da Administração Pública

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$39.076.380,00	Empenhado Liquidado: R\$33.640.800,73 Paço Estatais: - Total: R\$33.640.800,73
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos - 20CW (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	121,00	131,00	108,26	26.851,00	0,00	0,00
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	91,00	85,00	93,41	92.628,00	86.746,00	93,65
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE)	21,00	11,00	52,38	23.427,00	12.834,50	54,79
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	218,00	179,00	82,11	667.127,00	654.321,94	98,08
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	158,00	136,00	86,08	115.602,00	78.360,90	67,79

Relatório Anual de Avaliação

Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	260,00	388,00	149,23	329.200,00	306.026,61	92,96
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	0,00	0,00	-	1.361.010,00	1.361.010,00	100,00
Desenvolvimento Gerencial para a Administração Pública - 4066 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	29.000,00	34.325,00	118,36	4.749.800,00	3.938.329,80	82,92
Formação Inicial e Aperfeiçoamento de Carreiras - 4068 (ALUNO FORMADO/UNIDADE)	1.160,00	933,00	80,43	6.891.760,00	4.611.966,88	66,92
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	22.938.975,00	21.115.627,79	92,05
Intercâmbio com Instituições Internacionais de Excelência em Gestão Pública - 2A44 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	23,00	40,00	173,91	280.000,00	204.871,58	73,17
Pesquisa e Disseminação de Inovação e Conhecimento em Gestão Pública - 6275 (Exemplar disseminado/UNIDADE)	209.000,00	248.775,00	119,03	700.000,00	492.501,92	70,36
Pós-Graduação Lato Sensu e Atualização para Servidores - 6273 (ALUNO FORMADO/UNIDADE)	390,00	759,00	194,62	900.000,00	778.202,81	86,47
Índice médio geral de realização			114,35			75,32

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Ações de Informática - 2003 (-/-)	-	-	-	276.125,80	252.309,46	0,91
(RAP 2009) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	32.705,00	21.661,88	0,66

(RAP 2009) Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	150,00	150,00	1,00
(RAP 2009) Desenvolvimento Gerencial para a Administração Pública - 4066 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	183.589,77	161.196,27	0,88
(RAP 2009) Formação Inicial e Aperfeiçoamento de Carreiras - 4068 (ALUNO FORMADO/UNIDADE)	-	-	-	2.635,00	2.635,00	1,00
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	220.759,19	198.893,25	0,90
(RAP 2009) Pesquisa e Disseminação de Inovação e Conhecimento em Gestão Pública - 6275 (Exemplar disseminado/UNIDADE)	-	-	-	128.481,90	123.910,52	0,96
(RAP 2009) Pós-Graduação Lato Sensu e Atualização para Servidores - 6273 (ALUNO FORMADO/UNIDADE)	-	-	-	24.914,00	24.890,91	1,00
Índice médio geral de realização			-			0,91

CONTEXTUALIZAÇÃO

Considerando a necessidade de aumentar a capacidade de governo, faz-se urgente a profissionalização e melhoria da qualidade do serviço público. A ENAP, por estar atenta às necessidades do governo e por sua capacidade de prospecção e inovação, almeja torna-se uma das primeiras opções para a capacitação de servidores e dirigentes públicos. Diferentemente de tendências puramente acadêmicas, o Programa deve produzir estudos e pesquisas que promovam a reflexão crítica sobre temas de interesse do governo federal, em particular no que diz respeito a problemas estratégicos de gestão pública. Essas ações visam suprir lacuna relativa a disseminação de conceitos e tecnologia inovadores que aumentem a competência e a capacidade de resolver problemas nas áreas de governabilidade, governança e gestão de políticas públicas.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Sem Avaliação

JUSTIFICATIVA:

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Número de Horas de Capacitação Realizadas - Hora	576.047,00	31/12/2006	1.039.036,00	01/2011	570.000,00	Alta
Fonte: Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP						
Medidas corretivas necessárias:						
Justificativa:						
Número de Capacitações Realizadas - UNIDADE	20.379,00	31/12/2006	36.755,00	01/2011	21.500,00	Alta
Fonte: Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP						
Medidas corretivas necessárias:						
Justificativa:						
Número de Capacitações Realizadas por meio de Destaques Orçamentários - UNIDADE	2.230,00	31/12/2006	2.342,00	01/2011	2.300,00	Alta
Fonte: Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP						

Medidas corretivas necessárias:						
Justificativa:						
Número de Downloads Realizados no Sítio da ENAP - UNIDADE	101.896,00	31/12/2006	226.000,00	01/2011	115.000,00	Alta
Fonte: Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP						
Medidas corretivas necessárias:						
Justificativa:						

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Sem Avaliação

JUSTIFICATIVA:

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sem Avaliação

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Sem Avaliação

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sem Avaliação

Relatório Anual de Avaliação

Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

GERENTE DO PROGRAMA

OBJETIVO

Identificar a vocação dos imóveis que compõem o patrimônio imobiliário da União, destinando-os de acordo com princípios de gestão territorial integrada e compartilhada, de respeito à diversidade, de racionalização e eficiência do uso, de garantia da inclusão sócio-territorial e de apoio ao desenvolvimento local sustentável

PÚBLICO-ALVO

Órgãos e entidades da administração pública e a sociedade em geral, priorizando famílias com renda até cinco salários mínimos e comunidades tradicionais (ribeirinhas, varzeiras e quilombolas)

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$56.490.371,00	Empenhado Liquidado: R\$29.228.025,57 Paço Estatais: - Total: R\$29.228.025,57
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Arrecadação e Cobrança Administrativa de Créditos Patrimoniais - 2A37 (Receita arrecadada/R\$)	485.829.241,00	635.944.771,70	130,90	5.958.180,00	1.553.920,97	26,08
Caracterização do Patrimônio Imobiliário da União - 8688 (Imóvel cadastrado /UNIDADE)	19.114,00	15.296,00	80,03	11.115.133,00	1.250.474,48	11,25
Desenvolvimento do Projeto Orla - 8676 (Município apoiado/UNIDADE)	74,00	39,00	52,70	1.040.200,00	738.536,50	71,00
Destinação de Imóveis da União - 4852 (Imóvel destinado/UNIDADE)	20,00	341,00	1.705,00	7.658.126,00	4.061.020,09	53,03
Fiscalização e Controle do Uso de Imóveis da União - 8690 (Imóvel fiscalizado/UNIDADE)	32.129,00	24.805,00	77,20	1.716.750,00	996.708,89	58,06
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	17.034.900,00	14.495.376,81	85,09
Instrumentalização de Estados e Municípios para Gestão da Orla Marítima - 6642 (Município apoiado/UNIDADE)	10,00	11,00	110,00	390.372,00	0,00	0,00

Regularização Fundiária em Imóveis da União - 6738 (imóvel regularizado/UNIDADE)	21,00	9.776,00	46.552,38	2.507.710,00	1.828.858,98	72,93
Remoção de Ocupações Irregulares de Edificações no Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - 20A8 (acordo firmado/UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
Retribuição pelos Serviços de Caracterização do Patrimônio da União - 200F (convênio firmado/UNIDADE)	2,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00	0,00
Sistema de Informação para a Gestão do Patrimônio da União - 4078 (Sistema mantido/UNIDADE)	1,00	1,00	100,00	8.169.000,00	4.303.128,85	52,68
Índice médio geral de realização			4.880,82			39,10

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Arrecadação e Cobrança Administrativa de Créditos Patrimoniais - 2A37 (Receita arrecadada/R\$)	-	-	-	1.667.886,27	57.721,48	0,03
(RAP 2009) Caracterização do Patrimônio Imobiliário da União - 8688 (Imóvel cadastrado /UNIDADE)	-	-	-	13.827.032,71	7.516.520,20	0,54
(RAP 2009) Desenvolvimento do Projeto Orla - 8676 (Município apoiado/UNIDADE)	-	-	-	201.456,67	198.748,85	0,99
(RAP 2009) Destinação de Imóveis da União - 4852 (Imóvel destinado/UNIDADE)	-	-	-	934.271,50	258.498,88	0,28
(RAP 2009) Fiscalização e Controle do Uso de Imóveis da União - 8690 (Imóvel fiscalizado/UNIDADE)	-	-	-	202.175,31	19.840,86	0,10
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	1.158.698,21	937.710,11	0,81
(RAP 2009) Instrumentalização de Estados e Municípios para Gestão da Orla Marítima - 6642 (Município apoiado/UNIDADE)	-	-	-	119.155,00	0,00	0,00

Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2009) Regularização Fundiária em Imóveis da União - 6738 (imóvel regularizado/UNIDADE)	-	-	-	9.683,27	5.270,02	0,54
(RAP 2009) Sistemas de Informação para a Gestão do Patrimônio da União - 4078 (Sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	4.126.123,15	667.551,94	0,16
Índice médio geral de realização			-			0,38

CONTEXTUALIZAÇÃO

O desafio de gerir o patrimônio imobiliário da União é proporcional à sua diversidade, tanto do ponto de vista da quantidade quanto da qualidade. Em ambas as dimensões, ainda é flagrante a necessidade de revitalização da capacidade do Estado para conhecer e zelar pelos imóveis da União, revertendo um longo processo histórico de perda de controle. Grande parte do patrimônio imobiliário da União é composta de áreas frágeis ou sensíveis, social e ambientalmente, muitas das quais ainda desconhecidas, ocupadas ou utilizadas irregularmente. Como consequências negativas, citam-se o agravamento dos níveis de deterioração e depredação do patrimônio público; a perda de arrecadação; o incentivo à ilegalidade do uso etc. O Programa visa, portanto, reverter esse cenário de perda da capacidade institucional de gestão do patrimônio da União, inspirado pelos seguintes fundamentos: garantia da função socioambiental da propriedade; racionalização e eficiência do uso dos imóveis da União; segmentação por vocação do imóvel; destinação do patrimônio para programas e projetos orientados para a consolidação da cidadania etc. Para potencializar a capacidade de resposta ao conjunto de demandas que justificam o Programa é preciso consolidar o modelo de gestão compartilhada do patrimônio imobiliário da União interna e externamente, reforçando os laços federativos e estreitando a relação Estado e sociedade. A institucionalização de espaços e instrumentos de compartilhamento da gestão é o que confere efetividade ao Programa, minimizando os impactos do cenário acima descrito.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

1 - 62 imóveis destinados para Regularização Fundiária, totalizando aproximadamente 91 milhões de m², avaliados em cerca de R\$ 36 milhões de reais, beneficiando, cerca de 33.271 famílias.

2 - 27.498 famílias beneficiadas por imóveis regularizados.

3 - Aproximadamente 61 mil famílias ribeirinhas agroextrativistas que vivem nos rios federais foram cadastradas e mais de 35 mil já receberam o Termo de Autorização de Uso Sustentável em seis estados da Amazônia.

4 - Incremento nominal na arrecadação de R\$ 191,09 milhões, em 2010 (42,96% acima da meta física estabelecida de R\$ 444,85 milhões).

5 - 7.419 Famílias Tituladas, com ênfase na atuação da SPU/PA, que titulóu 5.975 famílias no Município de Belém/PA.

6 - 33.711 Famílias Cadastradas.



7 - 2.427 títulos de regularização fundiária cadastrados no SIAPA.

8 - 426 títulos de regularização fundiária registrados em Cartórios de Registros de Imóveis.

9 - 39 imóveis destinados para provisão habitacional, totalizando aproximadamente 03 milhões de m², beneficiando cerca, de 16 mil famílias.

10 - Compra de 27 imóveis do fundo previdenciário do INSS que estavam ociosos e vazios para serem destinados a projetos de habitação de interesse social, somando mais de 14 mil m² em áreas centrais de capitais ou áreas consolidadas de municípios de médio porte. Estes imóveis, comprados pela SPU com recursos do Ministério das Cidades, estão sendo destinados à CAIXA para viabilização de empreendimentos de habitação de interesse social com recursos do Programa Minha, Casa Minha Vida.

11 - Transferência de 10 imóveis ao Incra, com área total de aproximadamente 25 milhões m². beneficiando cerca de 200 famílias, nos municípios de Muquém do São Francisco e Ibotirama/BA; Sobradinho/DF; Valença do Piauí/PI; Mangueirinha e Candói/PR e Paraúna/GO. Destaque para a transferência de Quilombos 3 Fazenda Pirangy no Município de Capela/SE.

12 - A SPU reservou mais de 3 milhões m² de áreas urbanas da União na Amazônia para projetos de habitação de interesse social. Destas áreas, mais de 2 milhões m² foram destinadas para programas como o CMinha Casa Minha VidaD, Irédito SolidárioD do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), CProdução Social da MoradiaD do Fundo Nacional de Habitação (FNHIS) e aos projetos de urbanização de favelas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Ministério das Cidades.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance acima de 100% do esperado.

JUSTIFICATIVA: O Programa da SPU é composto por ações de naturezas diversas, com públicos-alvo e produtos variados. Isso implica complicações quanto a projeção de metas e o estabelecimento de indicadores gerais. A presente avaliação leva esses fatores em consideração.

A hierarquização pautou-se pelo alinhamento às premissas da missão institucional que estabelecem de modo geral a garantia da função sócio-ambiental na destinação dos bens da União. Não se deixou, porém, de destacar o incremento da arrecadação e a destinação de imóveis específicos a programas e políticas estratégicas do governo federal.

A superação das metas projetadas deve-se à particularidades já citadas das ações da SPU.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA

Relatório Anual de Avaliação

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Crescimento da Arrecadação Patrimonial - %	100,00	31/12/2006	243,09	02/2011	146,29	Alta
Fonte:						
Medidas corretivas necessárias:						
Justificativa:						

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Não aplicável

JUSTIFICATIVA:

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: A SPU não dispõe de método para avaliar a satisfação de seus beneficiários quanto as suas Ações. Há ferramenta que permite a percepção de informações mínimas de satisfação disponível no Portal "www.planejamento.gov.br".

A Secretaria atende a interesses do Estado, de particulares, de populações específicas e da Administração Pública Federal, por meio de políticas públicas distintas. Logo, um sistema de avaliação de satisfação do Programa deveria contemplar cada uma das realidades de atuação da SPU.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Não

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

OUVIDORIA:

A SPU dispõe de serviço de comunicação com o público atendido por meio de Portal na web e de equipe dedicada para respostas e encaminhamentos. Atende a todos os públicos alvo da atuação da Secretaria indistintamente.

AUDIÊNCIA PÚBLICA:

São realizadas audiências públicas na execução de processos relativos às ações de regularização fundiária e de gestão da orla.

CONSULTA PÚBLICA:

São realizadas no contexto da Ação de Desenvolvimento do Projeto Orla. Servem para a elaboração das diretrizes e do arranjo da gestão da orla.

REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE:

Algumas ações da SPU operam por meio de reuniões com grupos de interesse, especialmente as relacionadas à regularização fundiária e gestão da Orla. Há nos fluxos de trabalho desses processos, etapas de consulta e ajuste com a sociedade civil e outros atores de interesse nas ações.

DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL:

A SPU participa de conselho setorial relativo às ações de gestão costeira - GI-GERCO.

CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS:

A tomada de decisão é realizada de modo colegiado na SPU. São realizados, por ano, dois encontros nacionais para tratar do encaminhamento dos desafios contidos no planejamento estratégico da gestão do patrimônio da União, bem como três encontros regionais, por região, para depuração e detalhamento daquelas discussões. Nesses encontros reúnem-se as chefias do Órgão, nacionais e regionais. Os encontros nacionais acontecem desde 2004, os regionais, desde 2009.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

Relatório Anual de Avaliação

Inclusão Digital

GERENTE DO PROGRAMA

OBJETIVO

Promover a consolidação de uma Sociedade do Conhecimento inclusiva, orientada ao desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico

PÚBLICO-ALVO

Comunidades e segmentos cuja situação imponha dificuldade de participação na Sociedade do Conhecimento

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$739.250.188,00	Empenhado Liquidado: R\$55.780.374,27 Paço Estatais: - Total: R\$55.780.374,27
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário R\$862.494,00

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Capacitação de Multiplicadores - 6867 (Agente capacitado/UNIDADE)	62.670,00	1.634,00	2,61	10.329.749,00	1.544.373,19	14,95
Espaços Comunitários de Inclusão Digital - Casa Brasil - 1E13 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	17,00	1,00	5,88	8.000.000,00	1.858.365,27	23,23
Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital - 6492 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	1.123,00	308,00	27,43	318.332.639,00	20.719.841,02	6,51
Fomento à Inclusão Digital - 900H (-/-)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	13.415.600,00	7.539.796,59	56,20
Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga - 12OF (rede implantada/% de execução física)	6,00	0,00	0,00	300.000.000,00	0,00	0,00
Implantação de Centro para Recondicionamento de Computadores - 12BI (Centro implantado /UNIDADE)	1,00	2,00	200,00	300.000,00	0,00	0,00

Implantação de Telecentros para Acesso a Serviços Públicos - 11T7 (Telecentro implantado/UNIDADE)	540,00	0,00	0,00	37.012.200,00	0,00	0,00
Manutenção de Centro de Recondicionamento de Computadores - 8532 (Centro mantido/UNIDADE)	6,00	7,00	116,67	2.400.000,00	590.664,00	24,61
Observatório Nacional de Inclusão Digital - 6272 (PROJETO MONITORADO/UNIDADE)	8.000,00	10.703,00	133,79	14.840.000,00	10.861.762,65	73,19
Operação do Sistema de Acesso Banda Larga - 2184 (Ponto de presença disponibilizado/UNIDADE)	20.000,00	10.799,00	54,00	34.620.000,00	12.665.571,55	36,58
Rede de Telecentros Comunitários - 909J (Telecentro assistido/UNIDADE)	2.500,00	1.482,00	59,28	1.400.000,00	862.494,00	61,61
Índice médio geral de realização			59,96			26,99

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Capacitação de Multiplicadores - 6867 (Agente capacitado/UNIDADE)	-	-	-	742.009,88	15.527,01	0,02
(RAP 2009) Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital - 6492 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	66.427.017,66	27.448.123,64	0,41
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	24.624,17	0,00	0,00
(RAP 2009) Implantação de Telecentros para Acesso a Serviços Públicos - 11T7 (Telecentro implantado/UNIDADE)	-	-	-	21.452.032,10	17.496.432,10	0,82
(RAP 2009) Manutenção de Centro de Recondicionamento de Computadores - 8532 (Centro Mantido/UNIDADE)	-	-	-	900.000,00	900.000,00	1,00
(RAP 2009) Observatório Nacional de Inclusão Digital - 6272 (PROJETO MONITORADO/UNIDADE)	-	-	-	307.140,76	300.000,00	0,98

Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2009) Operação do Sistema de Acesso Banda Larga - 2184 (Ponto de presença disponibilizado/UNIDADE)	-	-	-	13.721.756,54	10.906.799,17	0,79
Índice médio geral de realização			-			0,57

CONTEXTUALIZAÇÃO

Cada vez mais no país a estratificação social e o acúmulo de riqueza dão-se em função da capacidade de acessar e processar conhecimento. A inserção brasileira na sociedade do conhecimento não ocorre de forma linear nem igualitária. Princípios fundamentais como justiça social, igualdade de oportunidades e a própria democracia passam a ser influenciados pelo acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação. Afinal estas são o principal meio de adquirir, interpretar, expressar, produzir e organizar o conhecimento, colocando-o a serviço de interesses e necessidades. Por isso este tema é central para o desenvolvimento do país e da sociedade. O acesso cotidiano às redes, equipamentos e o domínio das habilidades relacionadas às tecnologias de informação e comunicação é requisito indispensável à integração social, atividade econômica e fortalecimento da cidadania. A atuação dos governos em parceria com a sociedade na promoção da inclusão digital é componente que se insere no esforço nacional em direção à inclusão social, à garantia dos direitos de cidadania e ao desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico. Apesar do dinamismo alcançado pela disseminação das tecnologias de informação e comunicação no país, o número de usuários de Internet no Brasil é estimado em cerca de 32 milhões de pessoas, ainda bastante concentrado nos segmentos de alta renda. Dessa forma, a exclusão digital se combina com a herança persistente da desigualdade sócio-econômica, exigindo ações integradas de amplo alcance voltadas para a cidadania.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

1 - 1. Realização da primeira seleção pública do Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades 3 Telecentros.BR, instituído mediante o Decreto nº 6.991, de 27 de outubro de 2009, e coordenado por um colegiado composto por representantes dos Ministérios das Comunicações, da Ciência e Tecnologia e do Planejamento, cada qual responsável por uma parte das ofertas do Programa aos telecentros. Mediante a seleção, foram assinados Acordos de Cooperação Técnica junto a 57 (cinquenta e sete) iniciativas, a partir das quais foi iniciada a implantação e qualificação de 9.144 (nove mil, cento e quarenta e quatro) telecentros em todo o país.

2 - 2. Projeto Computadores para Inclusão 3 Projeto CI (ações 12BI e 8235): inauguração de mais dois Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC), em Belém (PA) e outra em Lauro de Freitas (BA) (região metropolitana de Salvador), agregando-se a outros cinco mantidos pelo projeto (Porto Alegre, Guarulhos/SP, Belo Horizonte/MG, Brasília/Gama e Recife/PE). No total, o Projeto passou a contar com sete CRCs em funcionamento. Ao longo de 2010, os centros receberam 21.903 (vinte e um mil, novecentos e três) computadores usados para recondicionamento, além de monitores de vídeo, impressoras, periféricos, partes e peças em desuso. Os computadores foram recuperados por 430 (quatrocentos e trinta) jovens em formação profissionalizante, e 1.147 (um mil, cento e quarenta e sete) computadores recondicionados foram doados a 115 (cento e quinze) escolas públicas, bibliotecas, telecentros e outros projetos de inclusão digital de todo o país, selecionados pela Coordenação Nacional do Projeto CI.

3 - 3. Observatório Nacional de Inclusão Digital 3 ONID (ação 6272): sistematização dos cadastros de 10.703 (dez mil e setecentos e três) telecentros e centros de inclusão digital sem conexão à Internet em todo o país. Os registros de unidades cadastradas foram utilizados nos procedimentos de inscrição de propostas para apoio pelo Programa Telecentros.BR, realizado no exercício. No âmbito desta ação, também foi conformada a Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital, constituída por 5 (cinco) Polos Regionais, 2 (dois) Estaduais e 1 (um) Nacional, selecionados mediante edital, responsáveis pela elaboração e aplicação do curso de formação de monitores do Programa Telecentros.BR.

4 - 4. 9ª Oficina para Inclusão Digital, evento anual de discussão da política pública da temática: A edição de 2010 realizada em Brasília, contou com 800 inscritos e público circulante ao redor de 1.200 pessoas, consolidando o evento como espaço de encontro e discussão da política pública entre gestores públicos, coordenadores de iniciativas, monitores de telecentros, educadores, estudiosos e autoridades da área, além de espaço de troca de experiências e qualificação dos agentes de inclusão digital.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 80% a 100% do esperado.

JUSTIFICATIVA: Os resultados considerados se referem às ações coordenadas pelo Ministério do Planejamento. As metas físicas das três ações orçamentárias foram cumpridas.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		

Relatório Anual de Avaliação

Taxa de acesso individual à internet nos últimos 3 meses - %	27,82	07/01/2006			48,90	Média
Fonte: Pesquisa TIC Domicílios e Usuários/ Conselho Gestor da Internet Brasil - CGI.Br						
Medidas corretivas necessárias: Não há. Desde 2008, o Comitê Gestor da Internet Brasil (CGI.Br) deixou de disponibilizar o dado ao qual o indicador se refere com precisão decimal. Também passou a incorporar amostragem referente à área rural, em substituição à extrapolação de dados baseada na PNAD. A mudança na metodologia tende a pressionar o indicador para baixo.						
Justificativa: O indicador é fornecido por pesquisa do CGI.Br, que não divulgou o resultado apurado em 2010 e informou não possuir o resultado consolidado até a presente data.						

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance entre 80% a 100% do previsto.

JUSTIFICATIVA: O número de jovens atendidos pelo Projeto Computadores para Inclusão manteve-se dentro do previsto. O número de participantes da 9ª Oficina para Inclusão Digital foi 20% inferior ao previsto

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Muito Satisfeito

JUSTIFICATIVA: No que se refere à 9ª Oficina para Inclusão Digital, a avaliação realizada junto aos participantes demonstrou alto grau de satisfação com as atividades e organização do evento. Em relação aos jovens formados pelo Projeto Computadores para Inclusão, as avaliações são realizadas pelas instituições responsáveis pelos Centros de Recondicionamento de Computadores, que aplicam mecanismos distintos de avaliação. O Programa Telecentros.BR estava em início de implantação, não permitindo avaliação sistemática.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: 9ª Oficina para Inclusão Digital: depoimentos colhidos junto aos participantes ao longo da realização do evento; Projeto Computadores para Inclusão, as avaliações são realizadas pelas instituições responsáveis pelos Centros de Recondicionamento de Computadores, que aplicam mecanismos distintos de avaliação.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Não

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE:

No que se refere às ações do Ministério do Planejamento, o projeto Computadores para Inclusão reuniu três vezes em 2010 a sua Coordenação Nacional, formada por representantes dos órgãos públicos envolvidos e representantes dos Centros de Recondicionamento de Computadores. Em relação à política pública para telecentros, foram realizadas duas reuniões com os oito Polos da Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital e um seminário nacional com as 57 iniciativas participantes do Programa Telecentros.BR.

OUTROS (ESPECIFIQUE):

Apesar de não possuir Ouvidoria formalmente constituída, há canais de comunicação permanentemente estabelecidos por e-mail nas ações e projetos do programa, e por meio do portal Inclusão Digital na Internet (<http://www.inclusaodigital.gov.br>). Quanto à realização de conferências, o evento Oficina para Inclusão Digital, realizada anualmente desde 2003, tem como principal objetivo a discussão da política pública com representantes de organizações não-governamentais, movimentos, entidades e participantes de programas de inclusão digital.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

Relatório Anual de Avaliação

Informações Estatísticas e Geocientíficas

GERENTE DO PROGRAMA

Eduardo Pereira Nunes

OBJETIVO

Elaborar e disseminar informações de natureza estatística e de natureza geocientífica com vistas ao conhecimento da realidade do país

PÚBLICO-ALVO

Governo e sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$2.400.463.928,0	Empenhado Liquidado: R\$2.118.072.090,46 Pago Estatais: - Total: R\$2.118.072.090,46
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário R\$1.767.867,00

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos - 20CW (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	6.559,00	2.115,00	32,25	1.180.707,00	391.376,38	33,15
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	29.299,00	22.128,00	75,52	21.314.336,00	19.650.932,45	92,20
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE)	499,00	471,96	94,58	532.746,00	515.133,64	96,69
Atualização Contínua da Base Territorial - 200J (Componente da base atualizado/UNIDADE)	5.565,00	5.565,00	100,00	352.401,00	194.416,69	55,17
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	13.359,00	9.462,75	70,83	35.218.002,00	34.651.367,40	98,39

Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	6.299,00	4.929,16	78,25	7.546.184,00	7.052.106,72	93,45
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	2.500,00	6.418,00	256,72	994.465,00	875.902,48	88,08
Censo Demográfico 2010 - 5292 (Censo divulgado/% de execução física)	82,00	79,00	96,34	1.353.800.000,00	1.115.411.874,76	82,39
Contribuição à Previdência Privada - 0110 (-/-)	0,00	0,00	-	50.000,00	0,00	0,00
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	0,00	0,00	-	132.964.180,00	131.918.780,08	99,21
Desenvolvimento do Sistema de Informações Geográficas do Brasil - SIG Brasil - 1K32 (sistema desenvolvido/% de execução física)	11,00	6,35	57,70	5.000.000,00	0,00	0,00
Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas - 2230 (usuário atendido/UNIDADE)	23.000.000,00	26.577.202,00	115,55	4.000.000,00	2.803.416,16	70,09
Estudo da Modalidade de Censo Demográfico Contínuo - 11IA (ESTUDO REALIZADO/% de execução física)	1,00	0,00	0,00	446.400,00	0,00	0,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	752.303.412,00	737.009.508,89	97,97
Implantação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - 110G (Pesquisa implantada/% de execução física)	1,00	0,36	35,50	781.200,00	281.943,53	36,09
Implantação de Sistemas de Índice de Preços ao Produtor - IPP - 1793 (Sistema Implantado /% de execução física)	7,00	4,70	67,10	894.090,00	600.386,22	67,15
Implantação do Novo Modelo Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - 5280 (modelo implantado/% de execução física)	4,00	2,50	62,53	1.982.109,00	1.239.464,56	62,53

Relatório Anual de Avaliação

Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia - 3596 (Sistema Implantado /% de execução física)	1,00	1,00	100,00	664.800,00	5.955,91	0,90
Implantação do Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias - 10RY (Sistema Implantado /% de execução física)	1,00	0,81	80,70	446.400,00	360.284,14	80,71
Informações sobre Índices da Construção Civil - 9464 (BOLETIM EMITIDO/UNIDADE)	110.000,00	413.067,00	375,52	3.440.000,00	1.767.867,00	51,39
Mapeamento Terrestre de Referência - 2229 (Base cartográfica publicada/UNIDADE)	671,00	671,00	100,00	1.596.661,00	1.371.332,93	85,89
Mudança do Referencial Geodésico - 11EF (Sistema Implantado /% de execução física)	15,00	15,00	100,00	154.979,00	51.411,32	33,17
Pesquisa de Orçamentos Familiares - 11GU (PESQUISA REALIZADA/% de execução física)	15,00	15,00	100,00	450.000,00	434.121,59	96,47
Pesquisas Conjunturais - 4227 (resultado divulgado/UNIDADE)	137,00	137,00	100,00	9.834.287,00	6.282.411,45	63,88
Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais - 2665 (resultado divulgado/UNIDADE)	75,00	75,00	100,00	972.631,00	695.450,83	71,50
Pesquisas Estruturais da Área Econômica - 4228 (resultado divulgado/UNIDADE)	14,00	15,00	107,14	5.535.454,00	4.449.968,21	80,39
Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica - 2228 (resultado divulgado/UNIDADE)	4,00	4,00	100,00	2.434.209,00	1.724.026,78	70,82
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	37.200.000,00	32.390.300,00	87,07
Revisão do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - 2C51 (Plano geral revisado/UNIDADE)	1,00	1,00	100,00	49.998,00	40.320,13	80,64
Sistema Geodésico Brasileiro - 2231 (informação disponibilizada/UNIDADE)	3.600,00	3.600,00	100,00	923.537,00	848.378,72	91,86
Sistema Informatizado de Dados Estatísticos e Geocientíficos - 2236 (Sistema mantido/UNIDADE)	1,00	1,00	100,00	20.840.740,00	16.821.518,49	80,71
Índice médio geral de realização			100,23			66,06

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização

(RAP 2009) Ações de Informática - 2003 (-/-)	-	-	-	546.031,64	424.974,64	0,78
(RAP 2009) Atualização Contínua da Base Territorial - 200J (Componente da base atualizado/UNIDADE)	-	-	-	425.145,54	419.612,87	0,99
(RAP 2009) Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	69.028,71	39.340,84	0,57
(RAP 2009) Censo Demográfico 2010 - 5292 (Censo divulgado/% de execução física)	-	-	-	97.881.322,54	96.074.090,32	0,98
(RAP 2009) Desenvolvimento do Sistema de Informações Geográficas do Brasil - SIG Brasil - 1K32 (sistema desenvolvido/% de execução física)	-	-	-	2.483.562,22	1.887.906,40	0,76
(RAP 2009) Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas - 2230 (usuário atendido/UNIDADE)	-	-	-	700.256,33	537.625,17	0,77
(RAP 2009) Estudo da Modalidade de Censo Demográfico Contínuo - 11IA (ESTUDO REALIZADO/% de execução física)	-	-	-	8.925,28	8.400,00	0,94
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	4.177.207,82	3.459.285,53	0,83
(RAP 2009) Implantação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - 110G (Pesquisa implantada/% de execução física)	-	-	-	155.024,00	142.288,81	0,92
(RAP 2009) Implantação de Sistemas de Índice de Preços ao Produtor - IPP - 1793 (Sistema Implantado /% de execução física)	-	-	-	5.659,78	1.441,88	0,25
(RAP 2009) Implantação do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - 11JV (cadastro implantado/% de execução física)	-	-	-	101.321,93	98.435,49	0,97

Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2009) Implantação do Novo Modelo Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - 5280 (modelo implantado/% de execução física)	-	-	-	119.799,00	119.799,00	1,00
(RAP 2009) Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia - 3596 (Sistema Implantado /% de execução física)	-	-	-	150.058,33	150.030,25	1,00
(RAP 2009) Implantação do Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias - 10RY (Sistema Implantado /% de execução física)	-	-	-	170.387,03	88.205,21	0,52
(RAP 2009) Mapeamento Terrestre de Referência - 2229 (Base cartográfica publicada/UNIDADE)	-	-	-	103.529,91	82.508,67	0,80
(RAP 2009) Mudança do Referencial Geodésico - 11EF (Sistema Implantado /% de execução física)	-	-	-	71.751,52	71.751,52	1,00
(RAP 2009) Pesquisa de Orçamentos Familiares - 11GU (PESQUISA REALIZADA/% de execução física)	-	-	-	6.020,82	1.530,23	0,25
(RAP 2009) Pesquisas Conjunturais - 4227 (resultado divulgado/UNIDADE)	-	-	-	1.131.720,82	836.919,92	0,74
(RAP 2009) Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais - 2665 (resultado divulgado/UNIDADE)	-	-	-	231.344,50	227.105,82	0,98
(RAP 2009) Pesquisas Estruturais da Área Econômica - 4228 (resultado divulgado/UNIDADE)	-	-	-	591.524,47	381.498,33	0,64
(RAP 2009) Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica - 2228 (resultado divulgado/UNIDADE)	-	-	-	170.929,79	162.554,94	0,95
(RAP 2009) Sistema Geodésico Brasileiro - 2231 (informação disponibilizada/UNIDADE)	-	-	-	28.981,15	28.194,66	0,97

(RAP 2009) Sistema Informatizado de Dados Estatísticos e Geocientíficos - 2236 (Sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	916.774,14	807.683,33	0,88
Índice médio geral de realização			-			0,80

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade da sociedade e do governo de conhecer as realidades física, humana, social e econômica do Brasil, por meio de estatísticas sócio-demográficas e econômicas, mapeamentos e análises geográficas.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

1 - Em relação à produção estatística e geocientífica, cabe ênfase à divulgação de resultados de alta relevância para a sociedade, como o XII Censo Demográfico do Brasil, que permitirá analisar as mudanças estruturais do país nessa década e, a partir daí, identificar novas ações estratégicas para promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável com redução das desigualdades sociais e regionais, tendo como base as informações demográficas e socioeconômicas disponíveis para todos os municípios brasileiros e até para detalhamentos espaciais menores.

Novas tecnologias de informação e comunicação foram implementadas para a operação censitária, como o uso de computadores de mão na coleta de dados, acompanhamento da coleta e supervisão on-line, mapas digitais georreferenciados, metodologias e ferramentas digitais, além de um ambiente complementar de correio eletrônico com mais de 20 mil contas, o que possibilitou a necessária integração e acesso rápido de todas as instâncias gerenciais e operacionais envolvidas nas atividades censitárias.

No que se refere à Atualização Contínua da Base Territorial, houve a geração de uma base única de mapeamento digital para o Censo 2010, integrando as vertentes urbana e rural, o que permitiu a disponibilização de mapas digitais nos computadores de mão equipados com GPS utilizados pelos recenseadores, tecnologia essa que, associada aos mapas georreferenciados, proporcionou maiores facilidades de localização dos recenseados nas áreas rurais.

Cabe ressaltar que a migração da Base Territorial e do Cadastro de Endereços para um ambiente gráfico estruturado em banco de dados geoespaciais, é um dos aperfeiçoamentos implantados no Censo.

Foram recrutados pelo IBGE 225 mil profissionais, dentre recenseadores, supervisores, pessoal administrativo e operacional. Foram utilizados pelos recenseadores cerca de 150 mil PDA's para coletar dados nos mais de 67 milhões de domicílios brasileiros e instalados quase sete mil postos de coleta informatizados, garantindo a representação do IBGE em todos os municípios.

Foram, ainda, instaladas Comissões Censitárias Estaduais (CCEs) nas 27 Unidades da Federação, bem como, 5.564 Comissões Municipais de Geografia e Estatística (CMGEs) e 60 Comissões Censitárias Locais 3 que funcionaram em comunidades, grandes condomínios e etc. - fechando um ciclo de inclusão na parceria do IBGE com as comunidades nos trabalhos do Censo 2010. As Comissões Municipais já funcionaram em operações anteriores de forma menos estruturada e com menor abrangência; contudo, pretende-se que tenham caráter permanente após o Censo 2010, propiciando um maior envolvimento das comunidades locais nas pesquisas estatísticas e geocientíficas desenvolvidas pelo IBGE.

Uma atividade desta magnitude significou, no decorrer de 2010, canalizar os recursos humanos no sentido de criar uma força-tarefa voltada à preparação da logística fundamental à realização do Censo Demográfico em 2010.

Realizaram-se ações de divulgação, interna e externa, visando à motivação do público interno e à sensibilização da população para atender e responder corretamente ao Censo, por meio de campanhas publicitárias criadas pelo IBGE e por empresas contratadas. Foram produzidos vídeos institucionais sobre o Censo 2010, uma exposição que relatava a história dos Censos desde 1920 e foi feita a reedição completa do Projeto Vamos Contar, que consiste na divulgação do Censo Demográfico 2010 nas escolas em convênio com o Ministério da Educação (MEC), que atingiu 157.309 escolas, sendo 135.957 públicas e 21.352 particulares, com distribuição de material pedagógico para alunos do ensino fundamental e do ensino médio.

Foi realizado o programa de capacitação das equipes internas 3 na Sede e nas Unidades Estaduais 3 com um forte incremento do sistema de treinamento baseado em plataforma de ensino a distância (EAD), coordenado pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE) para a preparação dos servidores que atuaram na operação censitária. Além disso, foi desenvolvido e executado o Programa de Treinamento para a Coleta de Dados, de fevereiro a julho de 2010, abrangendo, em cinco cadeias sucessivas de treinamento, mais de 260.000 pessoas, entre servidores do IBGE e contratados temporários de todas as funções técnicas, administrativas e de informática.

A atividade do Censo propiciou a instalação de 6.823 postos de coleta cobrindo todos os municípios brasileiros e de toda a rede de comunicação e transmissão de dados, a contratação de pessoal temporário: 33.116 agentes censitários supervisores, administrativos e de apoio à informática e 191.972 recenseadores (por produção), a coleta de dados nos 314.018 setores censitários e a divulgação dos primeiros resultados de população (190.732.694 habitantes em 67.491.720 domicílios recenseados), informação essa usada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com vistas ao estabelecimento das cotas de Fundo de Participação dos Municípios brasileiros.

Toda gama de inovações adotadas pelo IBGE no Censo Demográfico 2010 como: uso de PDAs na coleta, acompanhamento da coleta e supervisão on-line, mapas digitais georreferenciados, metodologias e ferramentas digitais, entre outros, despertou o interesse de outros países por cooperação e parceria com o IBGE. Em 2010, foi realizado o Seminário Internacional sobre Novas Tecnologias nos Censos de População, no Rio de Janeiro, que fortaleceu o intercâmbio com órgãos internacionais de mais de vinte países da América, África e Oceania que estiveram presentes para conhecer as inovações do Censo Brasileiro e discutir as parcerias e cooperações do IBGE com diversos Institutos de Estatísticas daqueles países, com apoio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

As inovações tecnológicas usadas no Censo 2010, o primeiro do mundo a ser feito de forma totalmente digital, levaram o IBGE a ser um dos dez premiados pela UNESCO e a Netexplorateur, ONG francesa pelo desenvolvimento da sociedade digital.

2 - A par da produção contínua e da divulgação de resultados de informações estatísticas e geocientíficas devem ser ressaltadas, entre outras, as realizações a seguir:

No acompanhamento da evolução da economia no curto prazo:

- C Levantamento Sistemático da Produção Agrícola 3 LSPA
- C Prognóstico Safra 2010
- C Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Brasil - PIM-PF Brasil
- C Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Regional - PIM-PF Regional
- C Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário 3 PIMES
- C Pesquisa Mensal de Comércio 3 PMC
- C Pesquisa Mensal de Emprego 3 PME
- C Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC / Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 3 IPCA
- C Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 - IPCA 15
- C Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil 3 SINAPI
- C Pesquisa Trimestral de Abate de Animais
- C Pesquisa Trimestral do Leite
- C Produção de Ovos de Galinha
- C Pesquisa Trimestral do Couro
- C Contas Nacionais Trimestrais 3 Referência 2000
- C Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E

No acompanhamento da evolução estrutural da economia e da sociedade brasileira:

- C Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2008
- C Pesquisa Anual de Comércio 2008
- C Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2008
- C Pesquisa Industrial - Empresa 2008
- C Pesquisa Industrial - Produto 2008
- C Divulgação da Pesquisa Anual de Serviços 2008
- C Pesquisa Agrícola Municipal 2009
- C Demografia das Empresas 2008
- C Economia do Turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2007
- C Pesquisa de Inovação Tecnológica - PINTEC 2008
- C Produção da Pecuária Municipal 2009
- C Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2009
- C Contas Regionais do Brasil 2004-2008
- C Sistema de Contas Nacionais Brasil 2004-2008
- C Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008
- C

No acompanhamento da realidade estrutural sociodemográfica do país:

- C Pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros 3MUNIC3Gestão
- C Suplemento Assistência Social da MUNIC
- C Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Brasil 2009
- C Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Síntese dos Indicadores 2009
- C Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010
- C Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008
- C Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009
- C Divulgação das Estatísticas do Registro Civil

- Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2008-2009), nos temas Despesas, Rendimentos e Condições de Vida; Entropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos; Avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos; e Equisição alimentar domiciliar per capita;

- Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária (AMS 2009);

- Suplementos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2008), sobre

Saúde, e dos Suplementos 2009 sobre Segurança Alimentar e sobre Justiça e Vitimização;

- Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2009);
- Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB 2008);
- Suplemento de Assistência Social da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC 2009).

No âmbito dos projetos, destacam-se, entre outras atividades:

7 continuidade do projeto de construção do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD); do projeto de Revisão do Processo de Produção e do Programa das Estatísticas Econômicas;

7 desenvolvimento das etapas iniciais de planejamento do projeto Sistema Nacional de Pesquisas por Amostragem de Estabelecimentos Agropecuários (SNPA).

Cabe citar como espaço de aprimoramento das estatísticas sociais do País, a atuação do Comitê de Estatísticas Sociais, que conta com participação de representantes de vários órgãos e Ministérios sob a coordenação do IBGE.

No âmbito das geociências, merecem destaque:

7 Assinatura da Ata de Lançamento da INDE, que marcou a inauguração do Portal SIGBrasil, um dos resultados práticos da implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) e que já contém os dados da Base Cartográfica Contínua, ao milionésimo (BCIM), do IBGE, dados de Recursos Minerais do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e, dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA). A iniciativa do Governo Federal visa catalogar, integrar e harmonizar dados geoespaciais produzidos ou mantidos por instituições do governo brasileiro, de maneira que possam ser facilmente localizados, explorados em suas características e acessados para os mais diversos usos, por qualquer cliente com acesso à Internet. Destacamos, ainda a publicação impressa do Perfil de Metadados Espaciais-Perfil MGB, gerada após Consulta Pública (de 45 dias) e homologada pela Plenária da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR) em novembro de 2009, amplamente distribuída à sociedade;

7 Lançamento da nova edição da publicação Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2010 (IDS 2010) que reúne um conjunto de informações sobre a realidade brasileira, em suas dimensões ambiental, social, econômica e institucional, de forma a mostrar em que ponto o Brasil está e para onde sua trajetória aponta no caminho rumo ao desenvolvimento sustentável;

7 Disponibilização da nova versão do Modelo de Ondulação Geoidal (MPGEO2010) que foi concebido e produzido conjuntamente com a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EPUSP). O MAPGEO2010 atende tanto ao sistema de referência SIRGAS 2000 quanto o SAD69 e possibilita aos usuários de GPS converter, com uma melhor confiabilidade, as altitudes obtidas por GPS em altitudes referidas ao nível médio do mar, ou seja, com significado físico.

7 Inauguração, em cooperação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de novas estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo GNSS (sistema de localização composto atualmente pelo americano Sistema de Posicionamento Global, popularmente conhecido por sua sigla em inglês 3 GPS, e pelo russo GLONASS).

7 Disponibilização de 2100 novas imagens de satélite da Amazônia Legal e da região Nordeste, correspondendo a 74% do território nacional;

7 Dentro dos aperfeiçoamentos implantados para o Censo, disponibilização de uma base única, integrando as vertentes urbana e rural, e migração da Base Territorial e do Cadastro de Endereços para um ambiente gráfico estruturado em bancos de dados geoespaciais;

7 Lançamento da segunda edição do Manual Técnico de Geomorfologia, utilizado como referência pelo IBGE para mapear o relevo brasileiro, com informações e conceitos que orientam o trabalho em todas as regiões do Brasil;

7 Lançamento do Relatório Técnico de Cobertura e Uso da Terra do Estado do Rio Grande do Sul e do Mapa de Cobertura e Uso da Terra do Estado do Rio Grande do Sul, na escala de 1:1.000.000, fruto do projeto Levantamento e Classificação do Uso da Terra, que tem como objetivos gerais, o recobrimento do país em termos da classificação dos tipos de uso, a análise dos impactos e a definição dos indicadores da qualidade ambiental;

7 Lançamento de três produtos. O primeiro, Mapa Mural de Uso da Terra do Brasil, foi elaborado a partir da espacialização dos dados do Censo Agropecuário 2006. O segundo, Atlas Nacional do Brasil, em sua 4ª edição. O terceiro, Mapas de Geologia, de Geomorfologia, de Solos e de Vegetação do estado do Amazonas, todos em escala 1:1.800.000;

7 Disponibilização, na internet, das Instruções Técnicas para Controle Geodésico das Estações Maregráficas, que apresenta as instruções técnicas para controle geodésico de estações maregráficas e servirão como referência não só para o IBGE como para as Instituições que operam estações maregráficas e como informação para usuários dos dados obtidos pela Rede Maregráfica Permanente para Geodésia (RMPG). Outra publicação foi o Manual com as Orientações para Instalação de Estações de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS compatíveis com a REDE Brasileira de Monitoramento Contínuo (RBMC);

7 Publicação do Glossário de Termos Genéricos dos Nomes Geográficos da Base Cartográfica Contínua ao Milionésimo - BCIM; e da Avaliação Planimétrica dos Dados ALOS/AVNIR;

7 O projeto Base Cartográfica Digital na escala de 1:250.000 (BC250), que iniciou suas atividades em 2007, concluiu em 2010 mais 64% do mapeamento do território brasileiro, que, somado ao mapeamento de 2009, representa 82% do território nacional mapeado nessa escala;

7 Atualização e disponibilização dos cartogramas das Redes Altimétrica, Planimétrica e Gravimétrica, disponibilizados também por Unidade da Federação;

7 Instalação e configuração do serviço ProGrid Web, aplicação desenvolvida com o objetivo de permitir a transformação de coordenadas entre os sistemas de referência oficiais em uso no Brasil. O serviço possibilitará aos usuários realizarem suas transformações de coordenadas através do seu navegador web, independentemente do ambiente computacional.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 80% a 100% do esperado.

JUSTIFICATIVA:

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Satisfação do Usuário - PERCENTAGEM	117,63	31/12/2008	116,14	12/2010	117,00	Alta

Fonte: IBGE

Medidas corretivas necessárias:

Justificativa: A linha histórica dessa pesquisa, apurada desde 2003, com taxas que indicam que a qualidade dos serviços oferecidos pela Instituição está acima das expectativas dos usuários, alinhada ao constante aperfeiçoamento dos meios de atendimento ao cidadão, apontam alta possibilidade de alcance do índice previsto para 2011.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance acima de 100% do previsto.

JUSTIFICATIVA: O IBGE tem alcançado índices significativos no que se refere ao atendimento aos usuários e ao acesso às informações. A ampliação da nossa oferta de produtos na Internet e a quantidade de Notas distribuídas à imprensa de todo país revelam a nossa capacidade de atender a crescente demanda dos nossos usuários. Foram realizados 26.577.202 atendimentos e acessos às informações quando se tinha uma previsão na LOA de 23.000.000.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Muito Satisfeito

JUSTIFICATIVA: A taxa de satisfação do usuário, demonstrada na questão 2 revela a alta satisfação do público-alvo.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: A taxa de satisfação do usuário, demonstrada na questão 2.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTES PROGRAMAS? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Sim

Relatório Anual de Avaliação

INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S):

A Própria Instituição - IBGE

ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS):

Desempenho operacional das ações. Avaliação do cumprimento das metas físicas e financeiras.

ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO:

A avaliação é feita trimestralmente.

PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

O IBGE produz o Relatório de Acompanhamento trimestral do PPA, que é disseminado aos coordenadores estratégicos.

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

CONSULTA PÚBLICA:

Realizada por meio do Portal IBGE na Internet

REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE:

Consultas realizadas na etapa de vplanejamento dos censitários, assim como, a participação permanente de membros da sociedade civil (acadêmicos, especialistas, diferentes entidades) tanto no planejamento quanto na divulgação dos dados coletados. Por conta da realização do Censo 2010, foram instaladas as Comissões Censitárias Estaduais (CCes) nas 27 Unidades da Federação, bem como, a instalação das 5.564 Comissões Municipais de Geografia e Estatística (CMGEs) e 60 Comissões Censitárias Locais 3 que funcionaram em comunidades, grandes condomínios e etc. 3 fechando um ciclo de inclusão na parceria do IBGE com as comunidades nos trabalhos do Censo 2010. As Comissões Municipais já funcionaram em operações anteriores de forma menos estruturada e com menor abrangência; contudo, pretende-se que tenham caráter permanente após o Censo 2010, propiciando um maior envolvimento das comunidades locais nas pesquisas estatísticas e geocientíficas desenvolvidas pelo IBGE.

O IBGE realizou em 2010, Seminário Internacional com participação de técnicos e especialistas de diversos órgãos internacionais de mais de vinte países da América, África e Oceania que estiveram presentes para conhecer as inovações do Censo Brasileiro e discutir as parcerias e cooperações do IBGE com diversos Institutos de Estatísticas daqueles países, com apoio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL:

Participação no Conselho do IPCA 3 Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

OUTROS (ESPECIFIQUE):

Reuniões do Conselho Técnico, o qual se constitui um elo de comunicação e controle sobre o Programa, uma vez é composto por membros de diversos segmentos da sociedade. Fóruns de discussão e conferências, cuja finalidade é permitir a troca de experiências e de informações, bem como conhecer a demanda da sociedade em geral: - Comitê de Estatísticas Sociais, Interministerial, Coordenado pelo IBGE 3 Fóruns do Projeto de reformulação das Pesquisas Domiciliares Amostrais do IBGE 3 Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais (CONFEST/CONFEG)

COMENTÁRIOS ADICIONAIS: